

1 Contexto Operacional

A Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia") tem como seu principal objeto social a distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região denominada Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, e está registrada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo ("BM&FBOVESPA").

A Companhia é controlada diretamente pela Cosan S.A. Indústria e Comércio, com a participação de 62,66%.

O contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado em 31 de maio de 1999, junto ao poder concedente representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) (antiga Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE)).

O Contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por 20 anos mediante requerimento da concessionária e aprovação subsequente do poder concedente.

A ARSESP é responsável por garantir a execução do contrato e por regular, controlar e monitorar as operações de energia no Estado de São Paulo.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da Companhia, as regras para os procedimentos de revisão tarifária quinquenal e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir. A Portaria ARSESP no-160/01 definiu condições gerais de fornecimento de gás canalizado.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser revisadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 24 de janeiro de 2017.

2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

- nos Pronunciamentos e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela Portaria ARSESP nº 22 de 19 de novembro de 1999.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a. *Impairment do contas a receber*

A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original.

A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

b. *Provisões*

As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações.

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

c. *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros*

A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

d. *Benefícios de planos de pensão*

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia em conjunto com seus atuários externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota (22).

e. Receita não faturada

Conforme mencionamos na Nota 2.16 - "Reconhecimento da receita" - letra (b) - a receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram.

f. Transporte pago e não utilizado

A Administração com base nas suas projeções de volumes a serem consumidos e nas regras vigentes dos contratos de Suprimento de Gás, entende que atualmente a Companhia será capaz de utilizar integralmente os saldos registrados na rubrica "Transporte pago e não utilizado."

2.1 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados e divulgados em reais, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado"; (b) empréstimos e recebíveis; (c) mantidos até o vencimento; e (d) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía instrumentos classificados nas categorias: (i) mantidos para negociação ao valor justo "por meio de resultado", exceto pelos instrumentos financeiros derivativos conforme Nota explicativa nº 21; (ii) mantidos até o vencimento, e (iii) disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez diária com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) *Capital Social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo hedge accounting*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os instrumentos derivativos são registrados pelo valor justo e suas variações monetárias são reconhecidas no resultado do exercício.

(vi) *Hedges de valor justo*

As variações no valor justo de derivativos são registradas na demonstração do resultado. Os derivativos protegem a Companhia contra o risco de juros fixos e de variação cambial de empréstimos e financiamentos, passando-os para taxas flutuantes no mercado local (percentual do CDI). O ganho ou perda relacionado com os *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos em moeda estrangeira, atribuíveis ao risco de taxa de juros e/ou câmbio, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas/receitas financeiras".

2.4 Contas a receber

São reconhecidas pelos valores faturados, ajustados pelo valor presente, quando aplicável. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

2.5 Estoques

Os materiais diversos são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável.

Os materiais destinados a obras em andamento estão registrados como estoques.

O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

2.6 Intangível

a. Contrato de concessão

A Companhia possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, conforme descrito na Nota 1, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são também capitalizados.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, operar-se-á de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados ao serviço de distribuição de gás, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à Companhia, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Atualmente os valores referentes a indenização não são preestabelecidos ou determináveis, motivo pelo qual a Companhia não aplicou o modelo bifurcado para a contabilização do ativo financeiro.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota (11).

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b. Contratos com clientes - fidelização

Os gastos com implantação de sistema de gás (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) para novos clientes são registrados como intangível e amortizados pelo período do contrato com o cliente, até o limite de vigência do contrato de concessão.

c. *Programas de computador (softwares)*

Licenças adquiridas de programas de computador (*softwares*) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11.

2.7 Redução ao valor de recuperável (*impairment*)

Impairment de ativos financeiros

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, quando significativos são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo no recebimento dos recursos. São subsequentemente apresentados ao custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), ou pelo valor justo quando estiver protegido (*hedge*). Quando relevantes, os custos de transação são contabilizados como redutores dos empréstimos e reconhecidos no resultado financeiro ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por um prazo maior que 12 meses após a data do balanço.

2.10 Provisões e passivos contingentes

As provisões para processos fiscais, trabalhistas e cíveis são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e

(c) o valor puder ser estimado com segurança. Os passivos contingentes são aqueles avaliados como de perdas possíveis e são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e as provisões são registradas como exigíveis.

2.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem aos impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.13 Obrigações com benefícios de aposentadoria

a. *Benefícios pós-emprego*

A Companhia oferece os seguintes benefícios pós-emprego:

- Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos na Companhia em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.
- Suplementação de aposentadoria, concedida através de um plano de contribuição definida, por meio de um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

b. *Participação nos lucros*

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta diversas metas além do lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

2.14 Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento mercantil financeiro. Todos os outros tipos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional. A Companhia tem contratado somente arrendamentos mercantis operacionais.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela distribuição de gás no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada cliente.

a. Receita por prestação de serviços - faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida ao resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

b. Receita por prestação de serviços - não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram, conforme descrito na Nota 6. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência anterior com operações semelhantes, o valor não faturado não difere significativamente dos valores reais.

c. Receita de construção - ICPC 01 (R1)

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) - "Contratos de Construção", com base no andamento da construção do ativo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e despesa financeira são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- *IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiros da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

- Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.

- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido
- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.
- A designação de determinados instrumentos patrimoniais não mantidos para renovação com valor justo nos outros resultados abrangentes

- **IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)**

Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o IAS 8 - Receitas, IAS 11 - Contratos de Construção e IFRIC 13 - Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia concluiu uma avaliação inicial do potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

- (i) Venda de produtos;
- (ii) Prestação de serviços;
- (iii) Comissões;
- (iv) Contratos de Construção;
- (v) Transição.

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

- IFRS 16 *Leasing* (Arrendamentos)

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante a norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de aluguel de imóveis.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

4 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho financeiro considerando o resultado bruto econômico separadamente por segmento de negócio. A agência reguladora "ARSESP" determina as tarifas pelos diversos segmentos de negócio. A Companhia não efetua análises de ativos por segmento para gestão dos negócios. Por fim, a definição de unidade geradora de caixa, representando o menor ativo em uso que gera entradas de caixa, no contexto da Companhia não pode ser segregada por segmento, pois a mesma tubulação distribui gás para consumidores de segmentos diferentes.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria-executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A composição da margem por segmento é a seguinte:

[illegible]

Margem por segmento - 1o de janeiro a 31 de dezembro de 2015[illegible]

5 Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e aplicações em títulos privados, sendo que esses instrumentos possuem liquidez imediata conferida pela instituição financeira que os emitiu.

	2016	2015
Recursos em banco e em caixa	37.460	30.429
Aplicações em CDBs e títulos privados	2.070.876	1.937.214
	2.108.336	1.967.643

As aplicações financeiras estão conforme abaixo:

	2016	2015
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	1.549.731	1.263.188
Certificado de depósitos bancários - CDBs	521.145	540.965
Outras aplicações financeiras	-	133.061
	2.070.876	1.937.214

6 Contas a receber de clientes

a. A composição das contas a receber de clientes é a seguinte:

	2016	2015
Contas de gás a receber	334.617	369.311
Contas de gás parceladas ⁽ⁱ⁾	17.214	14.970
Devedores por venda de equipamentos	14.347	22.696
Financiamentos programa de marketing ⁽ⁱⁱⁱ⁾	30.972	25.474
Ajuste a valor presente	(4.485)	(3.910)
Receita não faturada ⁽ⁱⁱ⁾	266.039	240.570
Outros ⁽ⁱⁱⁱ⁾	14.877	17.984
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(160.159)	(136.078)
	513.422	551.017
Circulante	479.751	513.981
Não circulante	33.671	37.036

- (i) As contas de gás parceladas referem-se a parcelamento de valores a receber de clientes em atraso. Os casos vencidos que apresentam riscos de realização estão devidamente provisionados.

- (ii) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás do mês, cuja medição e faturamento aos clientes ainda não foram efetuados.
- (iii) O saldo de financiamento programa de marketing e outros valores que estavam apresentados na rubrica de outras contas a receber em 31 de dezembro de 2015 foram realocados para a rubrica de contas a receber de clientes para melhor apresentação. O impacto da realocação dos números de 31 de dezembro 2015 foi de R\$ 27.987.

As perdas registradas nos exercícios de 2016 e 2015 estão abaixo demonstradas:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	(115.913)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(20.078)
Outros	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(136.078)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(24.098)
Outros	17
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(160.159)

As contas a receber de clientes estão reconhecidas pelo custo amortizado e se equivalem ao valor justo.

b. Sumário do contas a receber por fornecimento de gás por vencimento:

	2016	2015
A vencer	190.669	248.902
Vencidas:		
Até 30 dias	15.345	13.069
Acima de 30 dias	8.132	7.312
De 61 a 90 dias	3.915	4.705
Mais de 90 dias	179.089	158.463
(-) Perda estimada em créditos de liquidação	(160.159)	(136.078)
	236.991	296.373

Em 31 de dezembro de 2016, do valor dos contas a receber acima de 30 dias, de R\$ 160.159, encontram-se *impaired* (31 de dezembro de 2015, R\$ 136.078).

As demais contas a receber do balanço não contêm ativo *impaired*. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil.

7 Estoques

	2016	2015
Estoque de materiais para construção	73.527	86.981
Produtos acabados	2.035	2.747
Materiais diversos	39.183	44.619
	114.745	134.347

A movimentação da provisão para estoque de baixa movimentação e obsolescência é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	(3.314)
Adições	(4.050)
Reversões	6.794
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(570)
Adições	(2.147)
Reversões	2.098
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(619)

8 Transporte pago e não utilizado

	2016	2015
Transporte pago e não utilizado	244.006	204.725

A recuperação dos saldos referente ao "Transporte pago e não utilizado", dar-se-á automaticamente, sem ônus para a Companhia, na medida em que se utilize o transporte acima do percentual estipulado nos contratos, conforme divulgado na Nota 13.

9 Outros tributos a recuperar

	2016	2015
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) - a recuperar	33.756	46.246
Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços (ICMS) - sobre ativos	24.111	27.314
Imposto sobre operação financeira	3.325	54.425
Programa Integração Social (PIS) a recuperar	13	19
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar	870	88
Outros	973	928
	63.048	129.020
Circulante	50.424	115.480
Não circulante	12.624	13.540

10 Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	2016	2015
Ativo Circulante		
Operações societárias / contratuais		
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	1.049	1.104
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	-	136
	1.049	1.240
Passivo Circulante		
Operações societárias / contratuais		
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	7.528	3.095
	7.528	3.095

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

	2016	2015
Receita Operacional		
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱ⁾	12.193	14.668
Receita (despesa)		
Raízen Energia S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(55.013)	(30.217)
Grupo Shell ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	(13.799)
	(55.013)	(44.016)

⁽ⁱ⁾ **Raízen Combustíveis S.A.**
Saldos a receber referente a fornecimento de gás para postos de combustíveis.

⁽ⁱⁱ⁾ **Raízen Energia S.A. (RESA)**
Os saldos registrados representam serviços compartilhados executados pela RESA de responsabilidade da Companhia.

(iii) **Grupo Shell**

Commercial Services Agreement (CSA) - a Shell deixará à disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da Companhia.

c) Remuneração de administradores e diretores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, no exercício estão apresentadas a seguir:

	2016	2015
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	15.192	28.085
Benefícios pós-emprego	257	54
Outros benefícios de longo prazo	534	341
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	2.367	716
	18.350	29.196

11 Intangível

	Intangível				Total
	Contrato de concessão (ii)	Fidelização de clientes (i)	Software e outros (i)	Intangível em andamento	
Custo					
31 de dezembro de 2014	5.354.533	1.025.077	276.997	244.244	6.900.851
Adições	-	-	-	521.313	521.313
Baixas	(52.544)	(7.708)	-	-	(60.252)
Transferências	452.359	71.142	16.946	(540.447)	-
31 de dezembro de 2015	5.754.348	1.088.511	293.943	225.110	7.361.912
Amortização					
31 de dezembro de 2014	(1.593.770)	(677.401)	(230.390)	-	(2.501.561)
Adições	(205.182)	(134.848)	(19.897)	-	(359.927)
Baixas	42.094	3.873	-	-	45.967
Transferências	(157)	96	61	-	-
31 de dezembro de 2015	(1.757.015)	(808.280)	(250.226)	-	(2.815.521)
31 de dezembro de 2014	3.760.763	347.676	46.607	244.244	4.399.290
31 de dezembro de 2015	3.997.333	280.231	43.717	225.110	4.546.391

	Intangível				
	Contrato de concessão (ii)	Fidelização de clientes (i)	Software e outros (i)	Intangível em andamento	Total
Custo					
31 de dezembro de 2015	5.754.348	1.088.511	293.943	225.110	7.361.912
Adições	-	-	-	463.566	463.566
Baixas	(189.848)	(65.694)	(62.512)	-	(318.054)
Transferências	443.508	77.205	37.275	(557.837)	151
31 de dezembro de 2016	6.008.008	1.100.022	268.706	130.839	7.507.575
Amortização					
31 de dezembro de 2015	(1.757.015)	(808.280)	(250.226)	-	(2.815.521)
Adições	(241.054)	(127.725)	(20.818)	-	(389.597)
Baixas	175.435	58.608	62.507	-	296.550
Transferências	(28)	1	(124)	-	(151)
31 de dezembro de 2016	(1.822.662)	(877.396)	(208.661)	-	(2.908.719)
31 de dezembro de 2015	3.997.333	280.231	43.717	225.110	4.546.391
31 de dezembro de 2016	4.185.346	222.626	60.045	130.839	4.598.856

(i) Taxa média ponderada de 20% ao ano.

(ii) Taxa média ponderada no quadro a seguir.

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01 (R1), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" os ativos imobilizados relacionados ao Contrato de Concessão, sendo que esses ativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são compostos como seguem:

	Terrenos	Tubulações	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Equipamentos e móveis administrativos	Total
Taxa média ponderada a.a. %	-	3,4	2,7	5,4	20	10	-
Custo							
31 de dezembro de 2014	26.468	3.130.108	70.946	476.990	9.166	47.085	3.760.763
Adições / Transferências	671	345.302	5.045	88.133	1.075	11.976	452.202
Amortização	-	(144.014)	(7.907)	(43.025)	(2.994)	(7.242)	(205.182)
Baixa	-	(520)	-	(9.818)	(26)	(86)	(10.450)
31 de dezembro de 2015	27.139	3.330.876	68.084	512.280	7.221	51.733	3.997.333
Adições / Transferências	209	322.645	12.590	81.348	9.076	17.612	443.480
Amortização	-	(182.419)	(4.886)	(42.946)	(3.049)	(7.754)	(241.054)
Baixa	-	(2.061)	(1.504)	(9.971)	(156)	(721)	(14.413)
31 de dezembro de 2016	27.348	3.469.041	74.284	540.711	13.092	60.870	4.185.346

Os valores reconhecidos no "Intangível", acima demonstrados representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização.

A amortização, calculada com base na vida útil estimada para os ativos construídos em conformidade com o contrato de concessão e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, totalizou a quantia de R\$ 241.054 e foi devidamente apropriada ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o saldo da reavaliação totalizam R\$ 3.131 ((Nota 14) (b)) em 31 de dezembro de 2016 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 3.292). O valor líquido referente à realização da reserva de reavaliação não é considerado na base de cálculo para distribuição de dividendos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia capitalizou o montante de R\$ 14.625 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 20.098) referentes a juros incidentes sobre os empréstimos captados para a construção desses ativos. A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 11,48% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (11,47% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empréstimos e financiamentos	411.266	1.710.897	548.326	2.076.551
Debêntures não conversíveis	71.443	1.876.469	28.397	1.169.793
	482.709	3.587.366	576.723	3.246.344

a. Empréstimos e financiamentos

			2016		2015	
Encargos financeiros			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Indexador	Taxa anual de juros					
Em moeda						
BNDES (Projeto	TJLP	2,8 a.a.	57.870	-	114.355	56.821
BNDES (Projeto	TJ462	1,8 a.a.	172.877	479.646	171.617	639.742
BNDES (Projeto	SELIC	1,8 a.a.	71.478	201.260	62.532	238.806
BNDES (Projeto	TJLP		1.679	1.198	1.427	2.598
BNDES (Projeto	TJLP	2,0 a.a.	300	76.930	-	-
BNDES (Projeto	SELIC	1,96 a.a.	199	41.575	-	-
Custo de transação			(1.229)	(1.887)	(1.076)	(2.004)
			303.174	798.722	348.855	935.963
Em moeda						
EIB II - primeira	USD	3,881 a.a.	25.953	144.895	61.155	190.379
EIB II - segunda	USD	2,936 a.a.	12.316	77.583	27.824	99.953
EIB II - terceira	USD + LIBOR6M	0,483 a.a.	20.356	151.907	50.185	191.759
EIB II - quarta	USD + LIBOR6M	0,549 a.a.	39.298	140.654	46.844	200.915
SCOTIABANK - Resolução nº 4.131	USD	2,7800 a.a.	6.758	238.489	8.037	274.786
TOKYO -	USD	2,8114 a.a.	3.411	158.647	5.426	182.796
			108.092	912.175	199.471	1.140.588
			411.266	1.710.897	548.326	2.076.551

⁽ⁱ⁾ Para todos os empréstimos em moeda estrangeira são contratados instrumentos financeiros derivativos visando proteger a Companhia de eventuais oscilações na taxa de câmbio.

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2016	2015
13 a 24 meses	794.966	470.396
25 a 36 meses	409.320	842.687
37 a 48 meses	364.006	389.569
49 a 60 meses	101.041	318.953
61 a 72 meses	23.701	54.946
72 meses em diante	17.863	-
	1.710.897	2.076.551

O percentual de nossa dívida é 83,59% pós-fixada e 16,41% prefixada (2015 - 77,46% pós-fixada e 22,54% prefixada).

A Companhia reconheceu o custo de transação referente aos empréstimos do BNDES no montante de R\$ 6.467, do qual já foi amortizado R\$ 3.351.

Durante o exercício não houve descumprimentos ou violações dos acordos contratuais junto aos credores.

Os financiamentos do BNDES têm amortizações de principal e pagamento de juros mensais, exceto os que estão em período de carência. Para estes financiamentos, as garantias oferecidas são:

- **Projeto V** - operação direta com o BNDES: fiança bancária do Banco Itaú BBA para 100% do financiamento.
- **Projeto VI** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Bradesco (67,83%), Itaú (14,56%) e Safra (17,61%).
- **Projeto VII** - operação direta com o BNDES: fiança bancária dos bancos Santander (39,69%), Sumitomo (33,33%) e Safra (26,98%).

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos com o The Bank of Nova Scotia (“Scotiabank”) e The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ LTD (“Tokyo”) cláusulas que dispõem a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

Resolução nº 4.131

	SCOTIABANK	TOKYO
Razão entre a dívida onerosa líquida e o LAJIDA	4,00	3,75
Razão entre o endividamento de curto prazo e o endividamento total	<u>0,60</u>	<u>0,55</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está adimplente com todos os índices financeiros (*financial covenants*), conforme divulgado na nota explicativa 21 - Instrumentos financeiros - Gestão de Capital.

b. Debêntures não conversíveis

Data de emissão	Emissão	Série	Quantidade	Indexador	Encargos financeiros	2016		2015	
					Taxa anual de juros	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
15/09/2013	(i) 3ª	1º	128.197	CDI	0,90%	47.996	85.469	5.427	128.197
15/09/2013	(i) 3ª	2º	269.338	IPCA	5,10%	16.893	331.575	16.131	304.288
15/09/2013	(i) 3ª	3º	142.465	IPCA	5,57%	9.716	174.633	9.219	157.081
Custo de transação	(i) 3ª					(1.396)	(1.956)	(1.397)	(3.353)
15/12/2015	(ii) 4ª	1º	269.620	IPCA	7,1432%	869	288.119	370	270.272
15/12/2015	(ii) 4ª	2º	242.374	IPCA	7,4820%	817	259.003	348	242.960
15/12/2015	(ii) 4ª	3º	79.900	IPCA	7,3570%	265	85.382	113	80.094
Custo de transação	(ii) 4ª					(1.770)	(7.732)	(1.814)	(9.746)
28/12/2016	(iii) 5ª	Única	675.000	IPCA	5,8680%	306	675.190	-	-
Custo de transação	(iii) 5ª					(2.253)	(13.214)	-	-
						71.443	1.876.469	28.397	1.169.793

Movimentação ^(iv)	3ª emissão ⁽ⁱ⁾			4ª emissão ⁽ⁱⁱ⁾			5ª emissão ⁽ⁱⁱⁱ⁾	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	1ª série	2ª série	3ª série	Única	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	132.686	295.557	156.517	---	---	---	-	584.760
Captação	-	-	-	269.620	242.374	79.900	-	591.894
Amortização de juros	(16.687)	(15.979)	(9.230)	-	-	-	-	(41.896)
Variação monetária	-	24.517	9.585	652	586	194	-	35.534
Encargos financeiros	17.625	16.324	9.428	370	348	113	-	44.208
Saldo em 31 de dezembro de 2015	133.624	320.419	166.300	270.642	243.308	80.207	---	1.214.500
Captação	-	-	-	-	-	-	675.000	675.000
Amortização de juros	(18.749)	(22.017)	(11.152)	(19.959)	(18.792)	(6.092)	-	(96.761)
Variação monetária		32.313	19.099	17.847	16.043	5.288	190	90.780
Encargos financeiros	18.590	17.753	10.102	20.458	19.261	6.244	306	92.714
Saldo em 31 de dezembro de 2016	133.465	348.468	184.349	288.988	259.820	85.647	675.496	1.976.233

- (i) Em 15 de setembro de 2013, foram emitidas debêntures referente à 3ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 540 milhões, sendo que o valor total da primeira série correspondeu ao montante de R\$ 128.197; o valor total da segunda série correspondeu ao montante de R\$ 269.338 e o valor total da terceira série correspondeu ao montante de R\$ 142.465;
- (ii) Em 15 de dezembro de 2015, foram emitidas debêntures referente à 4ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em três séries, totalizando R\$ 591.894;
- (iii) Em 15 de dezembro de 2016, foram emitidas debêntures referente a 5ª emissão de debêntures simples quirografárias não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos foram captados em série única, totalizando R\$ 675 milhões; e
- (iv) A movimentação não contempla os custos de transação.

3ª Emissão

Os juros da primeira série serão pagos semestralmente nos meses de março e de setembro, até o final da operação. Os juros da segunda e da terceira séries serão pagos anualmente no mês setembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado nos seguintes anos: 4º ano (33,33%), 5º ano (33,33%) e 6º ano (33,34%). O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de setembro de 2018.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de setembro de 2019 e o último pagamento devido em 15 de setembro de 2020.

Para esta emissão há cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

- (i) A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.
- (ii) A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior a 0,60.

Em 31 de dezembro de 2016, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 100,09% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 98,43% e para terceira série 99,99%.

4ª Emissão

Os juros da primeira, segunda e terceira série serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da primeira série será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2020.

O valor do principal e da atualização monetária da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais no 6º (50%) e 7º (50%) anos, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2021 e o último pagamento devido em 15 de dezembro de 2022.

O valor do principal e da atualização monetária da terceira série será amortizado nos seguintes anos: 8º ano (33,33%), 9º ano (33,335%) e 10º ano (33,335%).

Para esta emissão há cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

- (i) A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.
- (ii) A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior a 0,60.

Em 31 de dezembro de 2016, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a primeira série foi de 104,32% do preço unitário (PU) da curva, para segunda série 108,16% e para terceira série 109,72%.

5ª Emissão

Os juros da série única serão pagos anualmente no mês dezembro, até o final da operação.

O valor do principal e da atualização monetária da série única será amortizado integralmente no final da operação que ocorrerá em 15 de dezembro de 2023.

Para esta emissão há cláusulas que determinam a observância de determinados índices financeiros (*financial covenants*) conforme seguem abaixo:

- (i) A razão entre a Dívida Onerosa Líquida e o EBITDA (LAJIDA) dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior ou igual a 4,00.
- (ii) A razão entre o Endividamento de Curto Prazo e o Endividamento Total dos últimos 12 meses (verificação anual em dezembro) não poderá ser superior a 0,60.

Em 31 de dezembro de 2016, as porcentagens para o valor justo negociado no mercado secundário, para a série única foi de 99,03% do preço unitário (PU) da curva.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está adimplente com todos os índices financeiros (*financial covenants*).

c. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.823.067
Captação	778.717
Pagamento	(720.401)
Atualização monetária e cambial	194.831
Outros	(6.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.070.075

13 Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores de gás/transporte	1.381.397	1.489.552
Fornecedores de materiais e serviços	140.213	107.821
Depósitos em juízo	(294.976)	(294.976)
	1.226.634	1.302.397

A Companhia tem contratos de suprimento de gás natural com a Petrobras e a Gás Brasileiro, nas seguintes condições:

- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, iniciado em janeiro de 2008, com vigência até dezembro 2019, e com quantidade diária contratual de gás nacional de 5,22 milhões de m³/dia.

Denominado Firme Nacional.

- Contrato com a PETROBRAS na modalidade firme, iniciado em junho 1999, com vigência até junho de 2019 e quantidade diária contratual de gás boliviano de 8,10 milhões de m³/dia. Denominado TCQ.
- Dois contratos de gás inscritos no Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT) com a PETROBRAS, para abastecimento de 3,06 milhões de m³/dia, sendo 2,76 milhões de m³/dia com a UTE-Fernando Gasparian com vigência até 30 de junho de 2016, renovado até 31 de dezembro de 2016 e 0,3 milhões de m³/dia com a INGREDION BRASIL INGREDIENTES INDUSTRIAIS LTDA com vigência até 31 de março de 2023.
- Contrato com a Gás Brasileiro na modalidade firme, iniciado em abril 2008, com vigência até 26 de março de 2019 e volume médio mensal contratado de 0,760 milhões de m³ e volume anual contratado de 9,12 milhões de m³.

Os contratos de suprimento de gás natural têm características específicas, como obrigações de retirada mínima por parte da Companhia (take or pay para commodity e ship or pay para transporte), ou seja, caso a Companhia consuma abaixo das obrigações contratuais, deverá efetuar o pagamento das diferenças entre o volume consumido e os volumes mínimos obrigatórios contratados, podendo compensá-los (através do consumo) ao longo do período de vigência do respectivo contrato, desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada. Além disso, o fornecedor permite em cláusula contratual que haja recuperação do volume eventualmente acumulado pelo prazo de 365 dias após o término da vigência dos contratos. Sendo assim, atualmente há previsão de recuperar todo o volume ora acumulado uma vez que durante o período de recuperação previsto no contrato não incorrerão novos acúmulos referente aos compromissos mínimos contratados para este período. Dada a natureza recuperável deste estoque, os montantes pagos e não utilizados foram reconhecidos no ativo na rubrica "Transporte pago e não utilizado".

Os contratos de fornecimento de gás natural, contrato Firme Nacional e TCQ, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local e/ou americana. Ambos os contratos são indexados à moeda americana.

Em 25 de fevereiro de 2014 a Companhia obteve liminar movida contra a PETROBRAS, que garantiu à Companhia o direito de prestar caução mensal do valor controverso devido à PETROBRAS, correspondente à diferença de preços entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobrás e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre Petrobrás e Gás Brasileiro Distribuidora S.A., considerando a obrigação de isonomia assumida perante o Grupo Petrobras junto à Agência Reguladora Estadual - ARSESP. Inicialmente, a caução foi prestada mediante depósitos bancários que, posteriormente, após liminar concedida pelo STJ, em 6 de novembro de 2014, foram substituídos por carta de fiança emitida por instituição financeira de primeira linha.

Dessa forma, os valores controversos apurados a partir do fornecimento de gás de janeiro a setembro de 2014, foram garantidos em juízo mediante depósito judicial e os valores controversos apurados a partir do fornecimento de gás de outubro de 2014 a setembro de 2015 passaram a ser garantidos mediante fiança bancária.

Em outubro de 2015, não existindo a diferença entre (i) o preço praticado no Contrato de Fornecimento de Gás TCQ firmado entre Comgás e Petrobrás e (ii) o preço praticado no Contrato de Fornecimento Firme firmado entre Petrobrás e Gás Brasileiro Distribuidora S.A., e no mês seguinte, ocorrendo o fim da política de descontos, foi suspenso o pagamento em fiança.

O valor garantido em depósito judicial é de R\$ 294.976 e o valor garantido por meio de fiança é de R\$ 749.845.

14 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.312.517	988.658
Alíquota - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal	<u>(446.256)</u>	<u>(336.144)</u>
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>		
Incentivos fiscais	1.923	(847)
Juros sobre capital próprio	56.304	62.172
Adições permanentes	(7.886)	(3.312)
Reversões diferidos / Baixa de inventário	(13.069)	(9.919)
Outros	<u>(2.434)</u>	<u>(1.756)</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>(411.418)</u>	<u>(289.806)</u>
Corrente	(85.878)	(84.773)
Diferido	(325.540)	(205.033)
Taxa efetiva	<u>31,35%</u>	<u>29,31%</u>

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício findo em 31 de dezembro, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2016				2015
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Diferenças temporárias:					
Obrigação de benefício de aposentadoria ⁽ⁱ⁾	397.916	99.479	35.812	135.291	100.537
Provisões	435.815	108.954	39.223	148.177	137.955
Ativo regulatório	208.939	52.235	18.805	71.040	76.762
Ágio na incorporação	662.071	165.518	59.586	225.104	393.933
Ganho de valor justo	(20.809)	(5.202)	(1.873)	(7.075)	(17.487)
Reavaliação de imóveis	(9.207)	(2.302)	(829)	(3.131)	(3.292)
Revisão de vida útil ⁽ⁱⁱ⁾	(789.539)	(197.385)	(71.058)	(268.443)	(100.153)
Outros	(12.369)	(3.092)	(1.114)	(4.206)	5.188
Total de tributos diferidos		218.205	78.552	296.757	593.443

- (i) O crédito relacionado à provisão de plano de benefício pós-emprego tem um período estimado de realização financeira de 25 a 30 anos e os créditos tributários sobre as demais diferenças temporárias têm prazo estimado de três a cinco anos.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da revisão das apurações de exercícios anteriores, com a aplicação da taxa de vida útil prevista na legislação do imposto de renda. O saldo será amortizado pelo prazo restante da concessão conforme artigo 69 da Lei 12.973/14.

c) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	593.443
Tributos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(325.540)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	28.854
Saldo em 31 de dezembro de 2016	296.757

15 Provisão para contingências

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4	41.832	21.531	63.367
Baixas por reversão	(202)	(279)	(6.406)	(6.887)
Baixa por pagamento	(1)	(385)	(4.001)	(4.387)
Adições	5.752	1.057	7.010	13.819
Juros	1.571	7.100	215	8.886
Transferências (i)	7.318	(7.318)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	14.442	42.007	18.349	74.798
Baixas por reversão	(89)	(101)	(1.744)	(1.934)
Baixa por pagamento	-	(1.169)	(3.639)	(4.808)
Adições	62	1.849	8.211	10.122
Juros	1.510	5.691	2.735	9.936
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.925	48.277	23.912	88.114

(i) Processos considerados anteriormente como cíveis referentes a multas envolvendo fiscalizações de obras.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2016	2015
Trabalhistas (i)	4.685	13.879
Cíveis (ii)	75.311	70.023
Tributárias (iii)	952.540	256.247
	1.032.536	340.149

- (i) Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros.
- (ii) Os processos cíveis são advindos do curso normal das atividades da Companhia, envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos de acidentes ocorridos na rede.
- (ii) As contingências tributárias referem-se as autuações fiscais principalmente na esfera Federal avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela administração e, portanto, sem constituição de provisão. Em 2016 a Companhia teve ciência de auto de infração sobre amortização de despesa de ágio cujo montante possível é de R\$ 618.992. O auto de infração é questionado em esfera administrativa.

Em 2016 a Companhia é parte de outro auto de infração no valor de R\$ 284.368, que discute o Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre ganho de capital, cuja contingência é de responsabilidade do antigo acionista controlador conforme disposições contratuais.

16 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.312.377 (um bilhão, trezentos e doze milhões e trezentos e setenta e sete mil reais), independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, as condições de emissão.

Foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2016 o aumento do capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 168.828 (cento e sessenta e oito milhões oitocentos e vinte e oito mil reais), passando de R\$ 1.143.548 (um bilhão, cento e quarenta e três milhões e quinhentos e quarenta e oito mil reais), em 31 de março de 2016, para R\$ 1.312.376 (um bilhão, trezentos e doze milhões e trezentos e setenta e seis mil reais), mediante a capitalização da reserva especial de ágio. O capital social está representado por 99.781.567 (noventa e nove milhões, setecentos e oitenta e uma mil, quinhentos e sessenta e sete) ações ordinárias sem valor nominal e totalmente integralizadas e 27.531.734 (vinte e sete milhões, quinhentas e trinta e uma mil, setecentas e trinta e quatro) ações preferenciais de classe A, e sua composição é a que segue:

Quantidades de ações - milhares em 31/12/2015						
	<u>Ordinárias</u>	<u>Percentual</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Percentual</u>	<u>Total</u>	<u>Percentual</u>
Acionistas						
Cosan S A Indústria e Comércio	71.587	73,66	4.471	16,67	76.058	61,33
Integral Investments BV	14.212	14,62	-	-	14.212	11,46
LAPB Poland FIA	56	0,06	10.425	38,88	10.481	8,45
Shell Brazil Holding B V	7.594	7,81	-	-	7.594	6,12
Skopos Master Participações FIA	772	0,79	398	1,49	1.170	0,94
Outros	2.971	3,06	11.523	42,96	14.494	11,70
	97.192	100	26.817	100	124.009	100

Quantidades de ações - milhares em 31/12/2016

	Ordinárias	Percentual	Preferenciais	Percentual	Total	Percentual
Acionistas						
Cosan S A Indústria e Comércio	75.319	75,48	4.459	16,20	79.778	62,66
Integral Investments BV	14.212	14,24	-	-	14.212	11,16
Shell Brazil Holding B V	7.594	7,61	-	-	7.594	5,96
Alaska Poland FIA BDR Nivel 1	132	0,13	6.133	22,28	6.265	4,92
Atmos Master Fundo de Investimentos de ações	-	-	1.251	4,54	1.251	0,98
Outros	2.525	2,54	15.688	56,98	18.213	14,31
	99.782	100	27.531	100	127.313	100

A movimentação da quantidade de ações no exercício está apresentada a seguir:

Quantidades de ações	Ordinária	Preferenciais	Total
Em 31 de dezembro de 2015	97.192	26.817	124.009
Aumento de capital	2.590	714	3.304
Em 31 de dezembro de 2016	99.782	27.531	127.313

b. Lucros acumulados

Em 31 de dezembro de 2014	
Lucro líquido do exercício	698.852
Juros sobre capital próprio 2015, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(182.859)
Transferência para reserva legal	(35.001)
Realização da reserva de reavaliação	1.160
Transferência para retenção de lucro	(346.680)
Dividendos	(135.472)
Em 31 de dezembro de 2015	-
Em 31 de dezembro de 2015	
Lucro líquido do exercício	901.099
Juros sobre capital próprio 2016, imputados como dividendo mínimo obrigatório	(165.601)
Transferência para reserva legal	(45.071)
Realização da reserva de reavaliação	311
Transferência para retenção de lucro	(620.599)
Dividendos	(70.139)
Em 31 de dezembro de 2016	-

c. Juros sobre capital próprio

Em 15 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2016, no valor de R\$ 165.601. Em 29 de dezembro de 2016 foi pago R\$ 143.915, líquido de impostos.

d. Dividendos

Aos acionistas, de acordo com o Estatuto Social (artigo 36), é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária.

O Estatuto Social da Companhia (artigo 46) também determina que o Conselho de Administração poderá aprovar o crédito de juros sobre capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório.

Conforme Ata do Conselho de Administração de 18 de fevereiro de 2016, foi deliberada e aprovada a destinação para dividendos de R\$ 1.200.000 relativos ao excesso de reservas de lucros em 30 de novembro de 2015, apurados com base em balanço especial levantado naquela data e na conta de retenção de lucros do mesmo balanço, imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. O montante de R\$ 1.199.732 foi pago em 25 de fevereiro de 2016. Adicionalmente, foram pagos dividendos que já estavam deliberados e registrados no passivo circulante no valor de R\$ 3.083.

Dividendos

Lucro líquido do exercício	901.099
Movimentação de lucros acumulados	311
Lucro disponível para distribuição em 31 de dezembro de 2016	901.410
Constituição da reserva legal (5%)	(45.071)
Base de cálculo dos dividendos	856.340
Dividendos mínimos 2016 (25%)	214.085
Juros sobre capital próprio bruto	(165.601)
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	21.655
Juros sobre capital próprio líquido	(143.946)
Dividendos intermediários pagos	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(143.946)
Total dos Dividendos a destinar em 2016	70.139

e. Destinação do saldo do resultado do exercício

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

Caberá a próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre o valor da retenção de lucros que exceder o capital social conforme estabelecido na Lei nº 6.404, artigo 199, assim como toda destinação do lucro líquido.

f. Reserva especial de ágio

Conforme deliberado pelos acionistas quando da aprovação do “Protocolo e Justificação de Incorporação, referente à incorporação da Provence pela Companhia de Gás de São Paulo - Comgás” na AGE realizada em 19 de dezembro de 2012, o valor do benefício fiscal auferido no exercício de 2016 foi de R\$ 168.828.

17 Lucro por ação

Não há ações potenciais com efeitos diluidores, portanto não há diferença entre o lucro básico ou diluído por ação.

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares, exceto valores por ação):

	2016			2015		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Lucro líquido do exercício	209.809	691.290	901.099	162.719	536.133	698.852
Média ponderada das ações (milhares)	27.531	99.782	127.313	27.531	99.782	127.313
Lucro por ação - R\$	7,62	6,93	7,08	5,91	5,37	5,49

18 Receita operacional líquida

As receitas líquidas de vendas para o exercício possuem a seguinte composição:

	2016	2015
Receita bruta na venda de produtos e serviços	6.683.422	7.680.973
Receita de construção - ICPC 01	339.025	408.086
Impostos e deduções sobre vendas	(1.365.201)	(1.492.042)
Receita operacional líquida	5.657.246	6.597.017

19 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado do exercício por função.

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1), segue a abertura das despesas por natureza:

	2016	2015
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	2.231.897	3.525.522
Custo de transporte e outros ⁽ⁱ⁾	603.212	646.596
Custo de construção - ICPC 01	339.025	408.086
Despesas com pessoal	205.520	208.883
Despesas com materiais/serviços	286.428	271.896
Amortização	389.041	359.371
	4.055.123	5.420.354
Custo do produto vendido	3.174.134	4.580.204
Despesas com vendas	158.136	145.291
Despesas gerais e administrativas	722.853	694.859
	4.055.123	5.420.354

(i) O saldo de Custo do gás e Custo do transporte e outros apresentados em 31 de dezembro de 2015, foram realocados entre si no montante de R\$ 2.836 para uma melhor apresentação das demonstrações financeiras..

20 Resultado financeiro

	Nota	2016	2015
Variações monetárias líquidas			
Empréstimos/financiamentos/debêntures		(92.816)	(67.794)
Variações monetárias ativas		4.573	3.775
Variações monetárias passivas		(85.757)	(41.186)
		(174.000)	(105.205)
Outras despesas financeiras			
Juros empréstimos/financiamentos/debêntures		(273.228)	(234.800)
Comissões/despesas bancárias		(46.256)	(36.658)
Capitalização de juros	11	14.625	20.098
Juros CPC 33 (R1) - benefício pós-emprego	22	(38.542)	(35.856)
Ajuste valor a mercado		(30.334)	(19.703)
Outras		(3.269)	(4.610)
		(377.004)	(311.529)
Outras receitas financeiras			
Encargos moratórios de clientes		20.152	17.986
Receitas de aplicações financeiras		200.893	169.113
Juros ⁽ⁱ⁾		80.604	54.503
Pis/Cofins sobre operações financeiras		(14.256)	(7.735)
Outras		442	978
		287.835	234.845
		(263.169)	(181.889)

- (i) No ano de 2016 foram apropriados os juros sobre crédito de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 76.914, devido à mudança de estimativa para fins fiscais decorrentes da revisão de suas bases de cálculo, exercícios de 2011, 2012 e 2013, aplicando a taxa de vida útil prevista na IN 162/98 para seus ativos pertencentes à rede de distribuição de gás. No ano de 2015 foram capitalizados o montante de R\$ 51.756, decorrente da revisão de suas bases de cálculo dos exercícios de 2009 e 2010.

21 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos	437.137	665.032
	437.137	665.032
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	2.108.336	1.967.643
Títulos e valores mobiliários	202.485	-
Contas a receber de clientes	513.422	551.017
Recebíveis de partes relacionadas	1.049	1.240
	2.825.292	2.519.900
Total dos ativos	<u>3.262.429</u>	<u>3.184.932</u>
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado ⁽ⁱ⁾		
Empréstimos e financiamentos	1.101.896	1.284.818
Debêntures	1.415.095	711.472
Fornecedores	1.226.634	1.302.397
Outros passivos financeiros	1.943	-
Pagáveis a partes relacionadas	7.528	3.095
	3.753.096	3.301.782
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos e financiamentos	1.020.267	1.340.059
Debêntures	532.817	486.718
	1.553.084	1.826.777
Total dos passivos	<u>5.306.180</u>	<u>5.128.559</u>

⁽ⁱ⁾ Os valores registrados como custo amortizado não apresentam variação significativa em relação ao valor justo.

Estrutura de gerenciamento de riscos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição ao risco da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional ⁽ⁱ⁾		Valor justo	
	2016	2015	2016	2015
Risco de taxa de câmbio e juros				
Trava de câmbio				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	462.447	462.447	54.073	8.535
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	653.286	726.890	383.064	656.497
	<u>1.115.733</u>	<u>1.189.337</u>	<u>437.137</u>	<u>665.032</u>
Total de instrumentos contratados pela Companhia no ativo			<u>437.137</u>	<u>665.032</u>

(i) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar do dia da contratação.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia dispunha dos seguintes principais riscos de créditos:

	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	2.108.336	1.967.643
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	202.485	-
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	513.422	551.017
Instrumentos financeiros derivativos	437.137	665.032
Recebíveis de partes relacionadas	1.049	1.240
	<u>3.262.429</u>	<u>3.184.932</u>

(i) O 'Caixa e equivalentes de caixa' e 'Títulos e valores mobiliários' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre A, AA, AAA e BB.

	2016	2015
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)		
AAA	-	611.095
AA	2.183.139	1.302.325
A	127.682	-
BB	-	54.223
	<u>2.310.821</u>	<u>1.967.643</u>

(*) Escala amplamente aceita e conhecida pelo mercado financeiro com metodologia divulgada pelas agências internacionais de classificação de risco.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía uma carteira de aproximadamente 1.668 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração e termogeração, não havendo concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, diluindo assim o risco de inadimplência.

Este risco é representado por contas a receber de consumidores da Companhia em todos os segmentos, que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

A Companhia não possui exposição a risco relativo a transferências de ativos financeiros no final dos exercícios apresentados.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de liquidez, incluindo os riscos associados com o refinanciamento de empréstimos e financiamentos à medida que suas respectivas datas de vencimentos se aproximam, com o risco que as linhas de crédito não estejam disponíveis para atender as necessidades de caixa e compromissos futuros da Companhia além do risco de que os ativos financeiros não possam ser facilmente convertidos em recursos sem que haja perda de valor.

Para a mitigação desse risco a Companhia adota duas diretrizes gerais:

A Companhia tem como política a manutenção da taxa de juros para seus credores em taxas flutuantes em moeda local. Caso esses empréstimos e financiamentos sejam captados a taxas diferentes dessas, a Companhia poderá utilizar instrumentos derivativos.

A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo em instituições de primeira linha com liquidez diária.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa nominais de pagamento com encargos não descontados.

	2016				2015
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	744.564	1.508.624	2.267.823	1.475.595	5.996.606
Instrumentos financeiros derivativos	(47.320)	(199.794)	(202.237)	9.705	(439.646)
Fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar	1.230.254	19.502	-	-	1.249.756
Outros passivos financeiros	1.943	-	-	-	1.943
Pagáveis a partes relacionadas	7.528	-	-	-	7.528
	1.936.969	1.328.332	2.065.586	1.485.300	6.816.187
					5.839.892

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial no resultado em ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos:

	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	(1.020.267)	(1.340.059)
Instrumentos financeiros derivativos (*)	1.020.267	1.340.059
Exposição cambial, líquida	-	-

(*) Estes saldos equivalem ao valor de nocional em Dólar convertidos para R\$ pela taxa do Dólar de 31 de dezembro de 2016.

A seguir está a análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes para os quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2016:

A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações, como segue:

Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	Cenários				
	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Em 31 de dezembro de 2016	3,60	2,70	1,80	4,50	5,40

Exposição de taxa de câmbio	Fator de risco	Cenários				
		Provável	-25%	-50%	25%	50%
Derivativos de taxa de juros e câmbio (*)	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	106.719	(175.027)	(456.774)	388.466	670.213
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de câmbio R\$/US\$	(106.719)	175.027	456.774	(388.466)	(670.213)
Impactos no resultado do exercício			-	-	-	-

(*) para efeito de análise de sensibilidade só é considerado o câmbio.

Risco de taxa de juros

A variação dos juros nos empréstimos e financiamentos que tem taxas flutuantes é semelhante à variação nos juros recebidos na aplicação do caixa da Companhia, também flutuante, dessa forma o risco é mitigado.

A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	2016					
	Saldos	Provável	-25%	-50%	25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa	2.070.876	237.737	(59.434)	(118.868)	59.434	118.868
Títulos e valores mobiliários	202.485	23.245	(5.811)	(11.623)	5.811	11.623
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.070.075)	(428.502)	107.125	214.251	(107.125)	(214.251)
Instrumentos financeiros derivativos	437.137	437.137	109.927	167.516	2.674	(47.557)
Impactos no resultado do exercício		269.617	151.807	251.276	(39.206)	(131.317)

i) os índices de CDI e TJLP considerados 11,48% e 7,50%, respectivamente. A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que são negociados num mercado ativo é determinado usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza uma variedade de métodos e faz suposições que são baseadas em métodos e condições amplamente utilizadas pelo mercado na data de cada balanço.

A Companhia segue o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).

- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo:

	Ativos e passivos mensurados ao valor justo					
	Valor contábil		2016		2015	
	2016	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos						
Instrumentos financeiros derivativos	437.137	665.032	-	437.137	-	665.032
Total do ativo	437.137	665.032	-	437.137	-	665.032
Passivo						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.553.084)	(1.826.777)	-	(1.553.084)	-	(1.826.777)
Total do passivo	(1.553.084)	(1.826.777)	-	(1.553.084)	-	(1.826.777)

Hedge accounting

A Comgás mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de inflação e taxa de juros.

Hedge accounting - valor justo

Visando proteger a Companhia de possíveis flutuações das taxas de juros e inflação “IPCA” foi designado a partir de 1º de abril de 2015 contabilização de *hedge accounting* (*hedge* de valor justo) para o contrato de empréstimos “debêntures 3ª emissão 2ª e 3ª séries”, utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco de juros e IPCA por percentuais do CDI.

Abaixo demonstramos o montante da dívida a valor justo e o efeito reconhecido no resultado do exercício.

	Dívida	Derivativos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	486.718	(8.535)	478.183
Valor justo	46.099	(45.539)	560
Saldo em 31 de dezembro de 2016	532.817	(54.074)	478.743

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de dividendos pagos.

A Companhia monitora o capital com base em índices de alavancagem financeira, que envolvem a geração de caixa (LAJIDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) conforme apresentado na Nota (4), endividamento de curto prazo e endividamento total. Estes índices (*covenants*) são utilizados por instituições financeiras em contratos de empréstimos.

Um dos índices de alavancagem financeira utilizado pela administração está demonstrado abaixo:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Dívida líquida	1.322.117	1.190.392
LAJIDA	<u>1.964.726</u>	<u>1.529.918</u>
(=) Dívida líquida/LAJIDA	<u><u>0,67</u></u>	<u><u>0,78</u></u>

22 Obrigações com benefícios de aposentadoria

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 695.

Esses planos são regidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil, que exige que os pagamentos salariais finais sejam ajustados pelo índice de preços ao consumidor, quando pagos durante a aposentadoria. O nível de benefícios prestados depende da extensão dos serviços e salários dos participantes em idade de aposentadoria.

A Companhia mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição variável, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). O plano é o de renda fixa e tem como objetivo a concessão de benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia.

A movimentação do passivo atuarial nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Obriga��o de benefício definido inicial	298.460	284.771
Custo dos serviços correntes	568	587
Juros sobre obriga��o atuarial	40.737	35.261
Perdas e (ganhos) atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	48.491	(25.625)
Perdas e (ganhos) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	36.653	19.716
Benefícios pagos	(23.332)	(16.250)
Obriga��o de benefício definido final	401.577	298.460
Valor justo inicial dos ativos do plano	(2.762)	(6.208)
Receitas de juros	(644)	3.447
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	-	-
Contribui��es do empregador	(23.588)	(16.250)
Benefícios pagos	23.332	16.250
Valor justo final dos ativos do plano	(3.661)	(2.762)
Déficit do plano	397.916	295.698
Passivo líquido de benefício definido	397.916	295.698

As despesas reconhecidas ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	568	587
Juros sobre obriga��o atuarial	40.737	35.261
Rendimento esperado dos ativos do plano	(365)	(770)
Despesas	40.940	35.078

O montante total reconhecido como outros resultados abrangentes no exercício findo em 31 de dezembro estão demonstrados a seguir:

	2016	2015
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudanças em premissas financeiras	(48.491)	25.625
Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(36.653)	(19.716)
Rendimento sobre os ativos maior que a taxa de desconto	278	(4.217)
(Ganhos) e perdas atuariais líquidos	(84.866)	1.692

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

	2016	2015
Taxa de desconto	10,83	14,14
Taxa de inflação	4,5	6,5
Retorno esperado sobre os ativos do plano	10,83	14,14
Aumentos salariais futuros	7,64	9,69
Aumentos de planos de pensão futuros	4,50	6,50
Morbidade (<i>aging factor</i>)	3	3
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de inválidos	IAPB-1957	IAPB-1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	0,3/(tempo de serviço + 1)	0,3/(tempo de serviço + 1)

O plano de Benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os efeitos tributários decorrentes desta provisão estão registrados na Nota (14) (b).

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade quantitativa em relação a hipóteses significativas em 31 de dezembro de 2016 é demonstrada abaixo:

Taxa de desconto	
Aumento	Redução
0,50%	-0,50%
(23.264)	26.014

As análises de sensibilidade acima foram determinadas com base em um método que extrapola o impacto sobre a obrigação de benefício definido, como resultado de mudanças razoáveis nas principais premissas ao final do período de reporte. As análises de sensibilidade são baseadas em uma mudança em uma premissa significativa, mantendo todas as outras constantes. As análises de sensibilidade podem não ser representativas de uma mudança real na obrigação de benefício definido, pois é improvável que alterações nas premissas poderiam ocorrer de forma isolada umas das outras.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

23 Compromissos

a. Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

Face à postergação da conclusão da Revisão Tarifária Quinquenal 2014 em consequência das publicações das Deliberações ARSESP 493 e 494, ambas de 27 de maio de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o “Processo de Revisão Tarifária das concessionárias de distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, definindo cronograma e eventos” e, sobre o “ajuste provisório das margens de comercialização da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS”, não há compromisso Regulatório definido em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Ativo (passivo) regulatório

	2016	2015
Custo de gás a recuperar / (repassar)	(394.552)	114.076
Créditos de tributos a recuperar / (repassar)	(24.061)	(3.910)
Ajuste a valor presente sobre tributos	1.592	192
Outros	3.010	6.589
<i>Efeito no patrimônio líquido</i>	<u>(414.011)</u>	<u>116.947</u>
Saldo inicial	116.947	242.654
Saldo final	<u>(414.011)</u>	<u>116.947</u>
<i>Efeito no resultado do exercício</i>		
Despesas não reconhecida no resultado antes IR/CS	<u>(530.958)</u>	<u>(125.707)</u>
Ativo (passivo) regulatório	(476.823)	(145.545)
Atualização	(30.763)	26.111
Créditos extemporâneos	(7.277)	-
Outros	(16.095)	(6.273)
	<u>(530.958)</u>	<u>(125.707)</u>

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de consumo futuro por parte de diferentes consumidores da Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

b. Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de suprimentos de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em valor presente estimado de R\$ 7,02 bilhões, valor este que contempla o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodity quanto em transporte.

c. Compromissos com contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui 12 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o exercício findo nessa data totalizaram R\$ 5.201 (31 de dezembro de 2015 - R\$ 4.480).

Os termos do arrendamento são de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Obrigações brutas de arrendamento - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	2.798	3.543
Mais de um ano e menos de cinco anos	907	2.837
	<u>3.705</u>	<u>6.380</u>